



A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

UNIVERSIDADE ABERTA | LISBOA 2024

TÍTULO

*A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO.
ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES*

CAPA

"Alegoria da História", alusiva à Academia Real da História Portuguesa. Gravura sobre cobre de Pedro de Rochefort, Lisboa, 1739. Reprodução de exemplar do original setecentista. Coleção particular.

EDITORES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR

EDITOR

UNIVERSIDADE ABERTA

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 29

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

ISBN: 978-972-674-977-6

DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.34627/UAB.CC.29](https://doi.org/10.34627/UAB.CC.29)

ANO: 2024

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-ND

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição - Uso Não-Comercial - Proibição de realização de Obras Derivadas.

Os artigos publicados neste volume são da inteira responsabilidade dos seus autores, incluindo o uso do Acordo Ortográfico de 1990.

RESUMO

Este livro de homenagem congrega estudos de vários docentes da Universidade Aberta, bem como de outras instituições, maioritariamente da área científica da História, com um enquadramento cronológico alargado que se estende da Pré-História à Contemporaneidade. Pretende-se assim prestar tributo ao percurso académico e profissional da Professora Maria José Ferro Tavares, ilustre medievalista, especialista no estudo dos Judeus em Portugal, e antiga Reitora da Universidade Aberta.

Palavra-chave: Maria José Ferro Tavares; História; Homenagem.

ABSTRACT:

This tribute book brings together studies by several teachers from Universidade Aberta, as well as other Portuguese institutions, mostly from the scientific area of History, with a broad chronological focus that extends from Pre-History to Contemporary times, as a form of recognized tribute to the academic and professional trajectory of Professor Maria José Ferro Tavares, illustrious medievalist, specialist in Jewish studies in Portugal, and former Rector of the Open University.

Keywords: Maria José Ferro Tavares; History; Homage.

Palavras Prévias

Apresentação

Curriculum Vitae de Maria José Pimenta Ferro Tavares

- 1. Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara**
O caminho da História: Um diálogo com Maria José Ferro Tavares
- 2. Filipe Themudo Barata**
Memórias da orientação de um investigador
- 3. Maria do Rosário Themudo Barata Cruz**
A Maria José Pimenta Ferro Tavares, com afectuoso abraço
- 4. Rui Mataloto e João Luís Cardoso**
As antas, marcadores simbólicos das paisagens e dos territórios medievais
- 5. Francisco Caramelo**
Um diálogo entre Assurbanípal e Nabû: tradução e algumas nótulas
- 6. Bernardo Vasconcelos e Sousa**
Nobreza Medieval Portuguesa – Dos conceitos e do seu uso historiográfico
- 7. Isabel Maria Barros Dias**
Reis, elites e judeus: estereótipos e didatismo historiográfico
- 8. Maria Filomena Andrade**
A rainha Isabel de Portugal: o poder, a vontade e a misericórdia
- 9. Manuela Santos Silva**
Judeus e mouros na proximidade das rainhas medievais de Portugal: contactos, serviço e antagonismos
- 10. Luís Miguel Duarte**
“Delles proves, delles mortos”. A mobilidade social no termo do Porto, segundo o Livro da Abertura da Rua Nova de 1438
- 11. Saul António Gomes**
Isaac Abravanel: breves elementos para a sua biografia
- 12. Julieta Araújo**
A família e as legitimações na chancelaria de D. Afonso V. Alguns exemplos
- 13. Carlos Carreto**
O *real* e as suas dobras. Notas sobre o maravilhoso na literatura medieval
- 14. Nunziatella Alessandrini**
Uma viagem pelas quintas italianas em Portugal no século XVI
- 15. Ana Isabel Buescu**
Poder, diplomacia e circulação cultural no século XVI
- 16. Ana Paula Avelar**
A “Fortuna” como signo de um discurso imperial no Portugal do século XVI

17. Pedro Flor

‘Dar água pela barba’: algumas notas sobre a figura do Judeu nos Painéis de S. Vicente

18. Carlos Castilho Pais

Judeus e ‘línguas’ – pai e filho ao serviço dos portugueses no Oriente

19. Teresa Campos Coelho

Alguns aspectos da Nobreza do *Portugal Restaurado* intuídos a partir de um manuscrito de João Nunes Tinoco (c.1616-1690)

20. Paulo Oliveira Ramos

Fialho de Almeida: um patrimonialista singular

21. José das Candeias Sales

José de Souza Larcher e Sua Alteza o Khediva Abbas Hilmy II – Memória ilustrada sobre a construção de um sistema de ponte-barragem no Nilo (1898)

22. Mário Avelar

História, memória e autobiografia. Uma leitura de *Robles, Duelo al Sol*, de Sonia Tercero Ramiro

23. Carla Aurélia de Almeida

A Língua Portuguesa em (inter)ação: mecanismos de mitigação e *envolvimento conversacional*

24. Ana Pinto Moura

Adesão às escolhas alimentares saudáveis: intervenção dos fatores psicológicos modificáveis

25. Hermano Carmo

A educação num quotidiano instável: desafios e trilhos de intervenção

26. Ana Nobre

Elementos de um trabalho bem feito: a arte de ser professor

Tábula Gratulatória

15

PODER, DIPLOMACIA E CIRCULAÇÃO CULTURAL NO SÉCULO XVI

POWER, DIPLOMACY AND CULTURAL CIRCULATION IN THE 16TH CENTURY

Ana Isabel BUESCU
ID: 0000-0002-5938-8463
[CHAM – FCSH – UNL]
aib@fcsh.unl.pt

RESUMO

Este texto incide sobre aspectos da actividade diplomática da coroa portuguesa no século XVI, na convergência das dimensões política, cultural e simbólica. Analisaremos duas principais vertentes: em primeiro lugar, a forma como os actos diplomáticos serviram, de forma emblemática no caso da realeza manuelina, a propaganda e a afirmação da coroa portuguesa em palco europeu; em segundo lugar, como a actuação política e a interacção dos agentes e diplomatas régios e papais foram uma peça fundamental na circulação de objectos de distinção e, portanto, da transmissão cultural.

Palavras-chave: D. Manuel; D. João III; diplomacia; propaganda; transmissão cultural.

ABSTRACT

This text focuses on aspects of the diplomatic activity of the Portuguese crown in the 16th century, in its political, cultural and symbolic dimensions. We will analyse two main aspects: firstly, how diplomatic acts served, in an emblematic way by king Manuel's external political action, the propaganda and visibility of the Portuguese crown on the European stage; secondly, how the political interaction of royal and papal agents and diplomats were an important instrument of the circulation of objects of distinction and, therefore, of cultural transmission.

Keywords: D. Manuel; D. João III; diplomacy; propaganda; cultural transmission.

OS ANIMAIS NA “GRAMÁTICA” DO PODER

Em 1514, ano em que Mateus, embaixador do Preste João, era recebido na corte portuguesa, em que era impressa a edição completa das *Ordenações* do Reino e se iniciava em Belém a construção da Torre por Francisco de Arruda, entrava em Roma, a 14 de Fevereiro, a embaixada do rei D. Manuel ao papa Leão X, chefiada por Tristão da Cunha. Exceptuando porventura pelo fausto e maior proximidade cronológica algumas das embaixadas de D. João V, a embaixada de 1514 a Roma tornou-se, por um conjunto de razões em que a sumptuosidade casava com riqueza, exotismo, grandiosidade e exibição de poder, o paradigma de um insuperado fausto e aparato diplomáticos.

São conhecidas as descrições desta embaixada, pelo que recordaremos, de forma breve, o grandioso cortejo/procissão pelas ruas de Roma, encabeçado por Tristão da Cunha, acompanhado por extensa comitiva em que se contavam Diogo Pacheco, o doutor João Faria e Garcia de Resende como secretário, em que a imagem central acabou por ser a do elefante oferecido por D. Manuel a Leão X. Outros animais seguiam como oferta, como dois leopardos, uma pantera, papagaios, perus e “um cavallo Persio que lhe [D. Manuel] mandara el Rei de Ormuz”. Mas era o imponente elefante branco que se impunha, avançando lentamente pelas ruas de uma cidade que já tanto vira mas não deixava de mostrar o seu assombro, carregando no seu dorso um palanque de prata em forma de castelo, com um cofre com os presentes do monarca português. Entre estes, contavam-se paramentos bordados com pérolas e pedras preciosas e, talvez, moedas de ouro mandadas cunhar para assinalar a solenidade do momento. O cortejo foi recebido pelo papa, cardeais e embaixadores no Castelo de Sant’Angello. É conhecido o episódio em que o elefante, que o papa tomaria como sua mascote dando-lhe o nome de Hanno, ajoelhou três vezes em sinal de reverência e depois “tomou agua na trôba de hũa grande dorna (...) ha lançou tão alta, que passando a cima da janella onde o Papa estava, foi dar nas outras em que por três vezes borrifou muitos Cardeaes, & outras pessoas de qualidade que nellas estavam”, fazendo depois o mesmo sobre a multidão, “que sahirão dali hos mais bem molhados” (Góis, 1955: 210).

O primeiro elefante asiático chegara a Lisboa em 1506 (Bedini, 1997), sendo instalado nas cavalariças do paço dos Estaus, no Rossio, com direito a guardador próprio (ANTT, P. I, CC., mç. 17, doc. 98, mç. 22, doc. 3). O rei D. Manuel fora “(...) o primeiro Rei cristão da Europa a que vieram Elefantes da Índia”, e o monarca comprazia-se em percorrer as ruas da Lisboa precedido de quatro ou cinco daqueles animais (Góis, 1955: cap. 84). Entende-se que o elefante fosse uma peça-chave da embaixada a Roma, que alcançou ressonância europeia (Góis, 1954: caps. 55-57)¹, cimentou o prestígio do rei na Europa e ecoou também em Lisboa e na corte de D. Manuel, que agraciou o embaixador Tristão da Cunha, no seu regresso, com uma importante tença de 250 000 reais (ANTT, CDM, liv. 24, fol. 31).

A presença de animais na embaixada era, em simultâneo, uma novidade e uma tradição. Alguns, como panteras e leopardos, eram de há muito conhecidos na Europa, e a sua posse estava reservada às elites, sendo sinónimo de distinção e poder. Na *Cappella dei Magi* do Palazzo Medici-Riccardi, em Florença, pode ver-se, na extraordinária composição a fresco da autoria de Benozzo Gozzoli (1459-62), no longo cortejo, a representação de vários animais exóticos, entre os quais dois leopardos, com coleira de pedras preciosas, um dos quais, seguro com firmeza por uma trela, olha o espectador de frente, parecendo interpelá-lo. D. João II mantinha leões no paço da Alcáçova, numa prática que vinha dos reis medievais (Münzer, 1932: 22. Gomes, 1995: 261), e eram objecto de oferta entre as cortes europeias. Em 1440 o duque Filipe de Borgonha, casado em 1430 com a infanta Isabel, filha de D. João I, tinha quatro leões, um dos quais oferecido por D. Afonso V; também o infante D. Pedro ofertou uma leoa ao mesmo duque (Paviot, 1995: docs. 235 e 237).

Voltando a D. Manuel, no dia 3 de Junho de 1515² os reis e infantes, a corte e muito povo assistiram a

¹ O último capítulo inclui a tradução de uma carta do cardeal Alberto Carpi ao imperador Maximiliano I (†1519) dando novas da embaixada e descrevendo as suas sumptuosidades. Republicado a partir de Góis por Sousa, 1947: 266-269. V. ainda Costa, 2005: 164-165.

² Góis escreve por lapso na *Crónica* (IV, 1955: cap. 18), onde descreve com minúcia o episódio, que este teve lugar em 1517, e não em 1515, quando efectivamente aconteceu.

uma inédita encenação pública. Cerca de quinze dias antes chegara a Lisboa um animal nunca visto na Cristandade: era um rinoceronte, oferecido pelo rei de Cambaia a Afonso de Albuquerque, que o enviou a D. Manuel (Costa, 1937: 9-10). Desde a Antiguidade que elefantes e rinocerontes eram considerados inimigos mortais e D. Manuel quis “ver por experiência a força, & manhas que cada uma delas tinha em se defender, & cometer a outra”. Um jovem elefante asiático e o rinoceronte foram postos num “terreiro cerrado”, diante da antiga Casa da Contratação, ao paço da Ribeira, para em combate à maneira dos “Romãos” se ver qual das duas “bravíssimas, & espantosas alimárias” sairia vencedora. O combate acabou por se gorar, mas nem por isso a sua presença na arena deixou de ter impacto (Góis, 1955: cap. 18).

Esta encenação evidenciava o poder de um rei que se jogava à escala do mundo e a sua potencial dimensão como instrumento político seria, uma vez mais, habilmente utilizada por D. Manuel. Tratou o monarca de oferecer a “*rinocerota*” ao papa, com outros presentes, como uma “mui rica baixella de prata dourada, laurada de bestiões [sic]” (Góis, 1955: cap. 18, 54) e outras peças de ourivesaria, além de pimenta, cravo, canela, gengibre e noz-moscada (ANTT, CC, P. I, mç. 19, doc. 2. Carneiro, 1937: 198-199). A nau, capitaneada por João de Pina, saiu de Lisboa em Dezembro desse ano. O rei de França quis ver o animal e em Marselha o rinoceronte foi levado a terra. Fez então João de Pina a oferta a Francisco I, da parte de D. Manuel, de “hum mui fermoso ginete, bem ageazado [sic]. Retomando viagem, na costa de *Génova a tormenta foi tal que* o rinoceronte, que viajava acorrentado no convés, morreu. O seu despojo foi recuperado e empalhado e assim oferecido ao papa Leão X (Góis, 1955: cap. 18). Mesmo morto e empalhado, sendo “cousa tão nova nestas partes nunca vista e quase não achada nos livros”, provocara admiração em Roma, como escrevia D. Miguel da Silva ao monarca em Agosto de 1516 (ANTT, CC, P. I, mç. 20, doc. 84. Simões, 2021).

A ARTE DA DIPLOMACIA

Este conjunto de acções, inserindo-se no contexto de afirmação europeia da realeza manuelina mostrava, também, como na viragem para os tempos modernos o momento era de afinação dos mecanismos diplomáticos e dos sistemas de informação como instrumento de acção política no concerto das nações (Bély, 2008). Este facto repercutia-se ainda num maior protagonismo da figura dos embaixadores (Molinié, 2010: 437-452). Uma importante alteração foi a generalização da figura do embaixador permanente e a utilização da cifra, conhecida há muito, difundia-se pela generalidade das chancelarias. Em carta ao rei, de 31 de Março de 1515, D. Miguel da Silva instava o monarca para a necessidade da sua utilização na correspondência diplomática portuguesa. Do teor da missiva podemos inferir que o embaixador terá tido papel de relevo na decisão em breve tomada por D. Manuel nesse sentido (CDP, 1862: 324).

O mundo da diplomacia, ancorada num conjunto formal e público de cerimoniais, cruzava-se com a actividade de bastidores e com o mundo mais secreto dos agentes, mercenários e espões que enxameavam, em relação directa com a importância das cortes, as grandes cidades europeias (Pérez, 2010). A obtenção de informação – política, religiosa e estratégica, alianças, encomendas artísticas – era matéria crucial para a Coroa. Para além das relações ibéricas, o principal foco de informação e circulação de notícias eram Roma e a cúria pontifícia. Uma Roma que, depois de ter sido o centro do império romano, registara um período de declínio para se reerguer, gloriosa, sobretudo a partir do século XV, como centro político, intelectual, espiritual e artístico (Delumeau, 2013).

No século XVI ser embaixador em Roma era um cargo de grande importância e distinção. Foi com D. Manuel que as embaixadas permanentes na Cúria tiveram início, com o doutor João Faria, que regressou a Portugal em 1514 (CDP, 1862: 267), seguindo-se D. Miguel da Silva no cargo. Não deixa de ser significativo observar as duas realidades evocadas através da sua embaixada: segundo representante permanente da Coroa portuguesa junto da Santa Sé, foi com ele que teve início o uso da cifra na correspondência diplomática portuguesa: a primeira carta da chancelaria a utilizá-la foi uma carta a D. Manuel, de 11 de Novembro de 1516 (Cruz e Lázaro, 2004: 601-620).

DIPLOMACIA, DÁDIVA E CIRCULAÇÃO CULTURAL

As embaixadas eram um mecanismo crucial de propaganda do poder político, que a realeza manuelina explorou inteligentemente na sua afirmação europeia. Mas eram também, desde tempos antigos, um poderoso veículo da circulação cultural. A oferta e a dádiva cerimoniais eram uma prática indissociável das embaixadas entre reis e senhores, laicos e eclesiásticos, fossem elas de simples cortesia ou declaradamente políticas. Assim, uma análise dos seus testemunhos pode revelar-se um importante instrumento para sondar as relações entre diplomacia e transmissão cultural.

Começaremos por analisar um importante *corpus* quinhentista: as *Relações* do secretário régio Pero de Alcáçova Carneiro (†1593). Muita da informação que coligiu reencontramo-la nas crónicas, mas também por lá anda o registo, lacónico, de embaixadores que vinham a Portugal e eram recebidos pelo monarca. E é aqui que encontramos informações que constroem um padrão dominante que desconhecemos se antes existia na monarquia portuguesa ou se se manteve depois de D. João III.

Ao receber um embaixador, os monarcas despediam-nos, por cortesia, com uma dádiva, de maior ou menor importância e valor. Mas com D. João III e D. Catarina essa dádiva consistiu, de forma dominante, num objecto específico: um colar ou corrente de ouro, de maior ou menor valor monetário que o secretário refere, como que assinalando a maior ou menor importância da embaixada e do seu protagonista. Assim aconteceu em 1558 com o embaixador Sancho de Córdoba, enviado do imperador, a quem a rainha D. Catarina mandou “dar uma cadeia de seiscentos a setecentos cruzados” (Carneiro, 1937: 454); em 1561 o embaixador de Filipe II recebeu uma “cadeia, que pesou quinhentos cruzados” (Carneiro, 1937: 454-455), e o representante do rei de França, no mesmo ano, foi despedido com uma cadeia valendo seiscentos e cinquenta cruzados; em Outubro de 1562, o embaixador de Sabóia recebeu também uma “cadeia de ouro, que pesava seiscentos cruzados” (Carneiro, 1937: 155). Temos indicações da encomenda e pagamento de algumas dessas correntes ofertadas pelos monarcas (ANTT, CC, P. I, mc. 100, doc. 3). Este adereço era usado por reis e senhores desde a época medieval e a pintura testemunha o seu uso por diplomatas e dignitários, num momento de afirmação dos embaixadores e do seu estatuto (Molinié, 2010). A tela de Hans Holbein, *Os Embaixadores* (1533), ou o *Retrato de um dignitário* (c. 1543), de Jan Cornelisz Vermeyen (c. 1543), representam estes diplomatas ostentando grossas correntes de ouro sobre as suas vestes.

Não há, no entanto, uma exclusividade na dádiva de despedida, diversidade que se relaciona com a importância da embaixada. Casos há, como sucedeu com o embaixador do Piemonte, recebido por D. João III em Junho de 1553, em que a dádiva consistiu em “dinheiro vivo” – a este embaixador fez o monarca “mercê de quatrocentos cruzados” (Carneiro, 1937: 155). Um dos casos mais relevantes relaciona-se com a vinda a Lisboa, também em Junho de 1553, de Rui Gomes da Silva, camareiro e favorito de Filipe das Astúrias, em missão relacionada com o projectado casamento da infanta D. Maria, irmã de D. João III, com o príncipe viúvo, que nunca se concretizou, pois este veio a casar, em segundas núpcias, com Maria Tudor, rainha de Inglaterra (Buescu, 2007: 309-310). A ocasião era solene e politicamente crucial e o secretário regista o acontecimento com maior ênfase e pormenor. Gomes da Silva permaneceu em Portugal várias semanas e por ocasião da sua partida, já em Julho, “Fez-lhe El-Rei, nosso Senhor, mercê dum balais³ com três diamantes e três pérolas”, e o príncipe herdeiro, D. João, “lhe fez mercê dum arreio de gineta, de pedraria e ouro”, valendo cada um dos presentes a elevada soma de quatro mil cruzados (Carneiro, 1937: 423-424). Dez anos mais tarde, em 1563, por ocasião da passagem da regência do reino de D. Catarina para o cardeal D. Henrique, Filipe II enviou o seu embaixador, Pedro Fajardo, a visitar o rei D. Sebastião e D. Catarina; à despedida, fez-lhe “El-rei, nosso Senhor, mercê dum firmal que valeria mil e quinhentos cruzados, e a Rainha, nossa Senhora, outro que valia outro tanto” (Carneiro, 1937: 457), havendo outros casos de oferta de firmas a embaixadores estrangeiros nas *Relações*.

³ Ernesto de Campos de Andrada identifica, em nota, “balais” como sendo um rubi cor-de-rosa.

A importância e o significado da embaixada faziam variar o valor das ofertas. Em 1539, por ocasião da morte da imperatriz D. Isabel, D. João III recebeu da parte do imperador viúvo a visita de condolências de Luís de Zúñiga, a quem o rei deu “um colar de pedraria com muitas pérolas, que foi avaliado em mais de dois mil cruzados – acrescenta Alcáçova Carneiro – para sua esposa” (Carneiro, 1937: 10). O mesmo se verificava com os embaixadores portugueses, como sucedeu em 1549⁴ com D. Constantino de Bragança, filho do duque D. Jaime e da sua segunda mulher Joana de Mendonça, enviado como embaixador extraordinário à corte de França por ocasião do nascimento de Luís (†1550), segundo filho varão de Henrique II e de Catarina de Médicis, em representação de D. João III, padrinho do príncipe. Recebido em França com todas as honras, foi D. Constantino quem levou o príncipe à pia baptismal no palácio de Saint Germain. Quando regressou a Portugal, recebeu do monarca francês uma baixela de prata dourada no valor de quatro mil cruzados “e aos fidalgos mandou [o rei] dar cadeas de ouro de cento e cinquenta cruzados”(Andrada, 1976: 977-978. Sousa, 1948: 352-355). Monsieur de Biron, o embaixador francês que viera a Portugal convidar o monarca para padrinho, viu-se presenteado por D. João III, quando regressou a França, com uma “cadeya de ouro de valor de mil cruzados” (Sousa, 1948: 352). Um século antes, em 1447, o duque de Borgonha Filipe o *Bom* ofereceu seis taças de prata dourada da autoria do ourives Jean Peutin e tecidos preciosos, no caso veludo carmesim, a um embaixador português chegado à Borgonha para tratar de “*choses et matières secrètes*”, exemplo de outras ofertas a outros embaixadores do rei de Portugal na Borgonha do século XV (Paviot, 1995: docs. 291 e 292, e doc. 76).

Outra fonte documental são as missivas trocadas entre os monarcas e os seus embaixadores. Retomando o caso de D. Miguel da Silva, numa longa missiva régia, de Novembro de 1523, muitos negócios de interesse para a Coroa são tratados pelo rei com o seu embaixador, num momento sensível para a Cristandade, dividida pela Reforma luterana e confrontada com o assalto, em Dezembro anterior, dos Turcos à ilha de Rodas, no coração do Mediterrâneo, até então governada pelos cavaleiros hospitalários de S. João, que os Otomanos tomaram depois de um longo cerco. Nesta carta, D. João III agradece “a pintura de Rodas que nos enviastes folgamos de ver mas foy causa de recebermos mayor sentimento da perda delle” (GTT, 1965: gav. XV, mç. 19, doc. 15, 271). Seria porventura um pano, tapeçaria ou tela com a representação da ilha? Respingando outros casos, a missiva do comendador-mor D. Afonso ao rei, de 18 de Agosto de 1551, gira toda ela em torno do valiosíssimo diamante oferecido pelo rei ao papa Júlio III “avaliado em cem mil cruzados por a mor parte destes lapidarios”, da satisfação do pontífice em recebê-lo, e das movimentações de vários mercadores em torno de tão magnífica pedra, comentando D. Afonso que “nom se falla em Roma noutra cousa” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 15, 614-615).

E o mais antigo mapa de Portugal tem a sua história ligada aos meandros da diplomacia na Cúria pontifícia, num processo que remonta a 1557, quando D. João III morreu e D. Sebastião subiu ao trono. Na altura, preparou-se uma embaixada chefiada por Lourenço Pires de Távora (†1573), que entrou em Roma em Junho de 1559. Nessa ocasião Aquiles Estaço (†1581), prestigiado latinista aí residente, redigiu e proferiu a oração de obediência ao papa Pio IV. O cardeal encarregado dos negócios portugueses, Guido Sforza, recebeu de Estaço, “devido à protecção dispensada à nossa gente, a Lusitânia descrita pela arte de Fernando Álvaes Seco”, cartógrafo, matemático e geógrafo. É pertinente pensar que essa oferta foi suscitada e paga pela Coroa portuguesa.

Também em Roma os embaixadores recebiam “encomendas” como sucedeu com Baltasar de Faria, a quem o cardeal Santiquattro, encarregado dos negócios de Portugal, encomendou “hum fio de perlas” para oferecer a uma sobrinha que casara; o embaixador comentava em carta de 18 de Fevereiro de 1544 ao rei que iria encarregar o sogro dessa aquisição (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 32, 665). Na correspondência diplomática encontramos outras referências alheias à realeza portuguesa. Em missiva enviada a D. João III a 18 de Maio de 1548, dando notícias da Europa e do grão-turco, Baltasar de Faria referia o presente que Veneza, cujo doge fora padrinho de um filho do rei de França, enviara à corte

⁴ Sousa, 1948: 356, corrige Francisco de Andrada, sustentando que o nascimento e a embaixada tiveram lugar em 1548 e não em 1549, mas é Andrada quem está certo, pois Luís nasceu a 3 de Fevereiro de 1549.

francesa: uma medalha no valor de cinco mil cruzados “pera o menino e cheiros de toda sorte para a dalfina [sic] que valem 1000 cruzados, e outros 1000 em dinheiro pera a ama” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 24, 631).

Nesta mesma carta, o embaixador descrevia os ecos do faustoso presente que o primogénito de Soleimão o *Magnífico* enviara da Anatólia ao pai, para celebrar uma vitória militar na Hungria: três leões, dois machos e uma fêmea, “hum liam pardo (...) todos cubertos mui ricamente”, nove cavalos “mui fermossos cubertos de mui ricas cubertas d’ouro”, quarenta casacas de pano de ouro ricamente lavradas e ainda “hum prato d’ouro todo lavrado de dentro e de fora com muitas jóias e lavores”, um “prato de dar augua [sic] às mãas e hum pote d’ouro lavrados com muitas jóias”. Perante tal ostentação de riqueza, o embaixador referia que quando recebeu o presente, Soleimão teria afirmado “pois que meu filho se lembra de mym eu me lembrarei delle” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 24, 632). Para lá da fé e das crenças, que condicionavam as características de certas ofertas, outras dádivas cerimoniais não diferiam muito entre o mundo cristão e a *Sublime Porta*.

A oferta do diamante por D. João III ao papa Júlio III, acima referida, prende-se com o contexto da construção do império português. Objectos exóticos e desconhecidos que agora chegavam com abundância à Europa passaram a ter um lugar especial nas ofertas dos reis portugueses e a ser um pouco a sua “imagem de marca”. Papagaios do Brasil, pedras preciosas, rubis e diamantes, esmeraldas e safiras, peças de mobiliário, joalharia e porcelanas do Oriente, tecidos sumptuosos, animais de grande porte, como os elefantes e outras raridades chegavam a Portugal suscitando interesse e curiosidade na Europa. A 23 de Junho de 1530, o embaixador castelhano na corte portuguesa, Lope Hurtado, escrevia a Carlos V referindo que um agente francês estivera em Lisboa para comprar “cosas (...) de la India”, e como D. João III, aquando da sua partida para França, “le dio treze o quatorze arcas de cosas de la India para la Regente [Luísa de Sabóia]” (Viaud, 2001: doc. LXVIII, 419).

A rainha D. Catarina tinha uma paixão muito particular por jóias, pérolas e outros objectos de luxo (Braga, 1990: 182-191. Jordan-Gschwend, 1994: 382-389. *Exotica*, 2001), talvez acentuada pela sua austera infância em Tordesilhas (Buescu, 2007: 15-103), e que havia de conceber um singular gosto pelo coleccionismo, encomendava com frequência objectos e pedras preciosas, artefactos de luxo e animais exóticos. A 30 de Dezembro de 1564, o vice-rei da Índia, D. Antão de Noronha, escrevia à rainha dando-lhe conta da encomenda de “diamantes sorteados e rubis e esmeraldas da mesma maneira e uma soma de pérolas (...) roupa muito fina (...) pedaços de cristal (...) e elefantes”, que, ou por dificuldades de fazenda, ou por não se poderem encontrar, o vice-rei tinha dificuldade em enviar para Lisboa (GTT, 1962: gav. XI, 8-13, 706-711). Muitas destas peças, para além de um uso pessoal e da sua casa, destinavam-se a ofertas que a rainha fazia, com destaque para os seus familiares da casa de Áustria.

Em 1551, D. João III ofereceu um elefante ao imperador Maximiliano II. Em 26 de Novembro de 1563, Francisco Pereira, embaixador em França, escrevia a Alcáçova Carneiro pedindo um elefante para o duque de Florença, já que, dos dois que existiam em Castela, um fora oferecido ao rei da Boémia e o mais pequeno morrera e fora empalhado: “se isto fosse cousa que pudesse ser mandá-lo Sua Alteza vir da Índia (...)”, muito satisfeito ficaria o duque, já que “era a cousa do mundo que mais desejava” e bem cotado ficaria quem pudera satisfazer-lhe o pedido (GTT, 1964: gav. XV, 18-21 e 199).

Também os presentes enviados pelos monarcas portugueses para reis de África e do Oriente surgem em várias fontes, mas deles não nos ocuparemos (*Letters*, 1931: docs. 140, 286, 293, 337). Ainda assim, evoquemos um episódio em que é também o jogo diplomático o intermediário entre um fabuloso diamante na posse da Casa de Bragança, cobiçado pelo rei de Marrocos. Em Abril de 1582, o monarca escrevia a D. Catarina de Bragança anunciando o envio de uma outra carta ao duque, no sentido de fazer chegar a Marrocos, para ser avaliada e eventualmente adquirida, aquela preciosíssima pedra, gabada pelo embaixador português na sua corte, D. Francisco da Costa, cujo valor ascenderia a cem mil ducados (Sousa, 1950: 480-481).

Interessa-nos agora explorar a correspondência dos núncios permanentes em Portugal durante o reinado de D. João III (De Witte, 1980 e 1986)⁵, fonte documental de grande importância para o estudo das relações entre a Coroa portuguesa com a Cúria no crucial período da implantação da Inquisição em Portugal, e todas as “ondas de choque” em torno da questão dos cristãos-novos, bem como de muitos outros assuntos de natureza eclesiástica. Esta correspondência também ajuda a compreender a dinâmica de outros interesses e jogos de poder na corte portuguesa, para além dos estritamente ligados à Coroa, bem como ter uma visão mais próxima sobre os seus protagonistas e, até, tomarmos conhecimento de fracturas no seio da família real.

É o caso da pouco ventilada oposição de D. Afonso à concessão do barrete cardinalício ao irmão, D. Henrique, de que dava conta o núncio Capodiferro ao cardeal Farnese, em carta cifrada de 13 de Abril de 1538, mas também os projectos de casamento do infante D. Luís (†1555) e da infanta D. Maria (†1577), irmã do rei, ou ainda documentos sobre D. Miguel da Silva anos após a sua fuga do reino (De Witte 1986: docs. 255 e 259). Destacaremos as figuras do cardeal D. Afonso (†1540), de D. Teodósio, duque de Bragança, e de D. Miguel da Silva. Para todos eles era crucial a relação com a cúria: o cardeal D. Afonso (Paiva, 2007: 127-174), porque acalentou o projecto de conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal, para o que enviou a Roma o seu agente italiano Pierantonio Casulano, como escrevia o núncio Marco Vigerio della Rovere em 16 de Maio de 1534 (De Witte, 1986: doc. 24, 96, e doc. 25, 98); depois, mais tarde, porque pretendeu partir para Roma para participar no concílio ecuménico agendado para 1538, desejo a que D. João III sempre se opôs, apesar do pedido expresso do papa em carta de 21 de Dezembro de 1538 (ANTT, CC, I, mç. 63, doc. 82). Não era segredo que o cardeal queria viver em Roma, como comentava o núncio Capodiferro a Ambrogio Ricalcato, secretário do papa, dando conta das conversas com o cardeal-infante a propósito do seu firme desejo de “venire alla corte [di Roma]” (De Witte, 1986: doc. 65).

Quanto a D. Miguel da Silva, regressado a Portugal em 1525, a disponibilidade sempre demonstrada pelos assuntos romanos articulava-se com uma situação de crescente desconforto na corte, em particular perante D. João III. D. Miguel da Silva aspirava a regressar à Roma de Clemente VII, o que acabou por fazer, fugindo de Portugal no Verão de 1540 (Deswarte, 1989. Buescu, 2010). Finalmente, D. Teodósio, 5.º duque de Bragança († 1563), procurava cimentar uma autonomia na sua relação com a Cúria e, facto nunca evocado mas evidenciado na correspondência (doc. 127, 381-381, doc. 130, 389-390), na expectativa de estabelecer um vínculo matrimonial com a casa Farnese, através do seu casamento com Vittoria Farnese (†1602), irmã do cardeal, por sua iniciativa mas aparentemente com o acordo do rei.

Todas estas situações são trazidas a uma nova luz pelas cartas dos núncios e é neste contexto que temos de entender várias das ofertas e presentes que, em diferentes momentos, todos eles fizeram seguir para Roma. Vejamos alguns exemplos destes instrumentos de persuasão e de poder. Já sob o pontificado de Paulo III, em missiva de Janeiro de 1538, o núncio Capodiferro anunciava o envio para Roma de um “libro de una carta di navigazione universale”, oferta do duque de Bragança ao cardeal Farnese (doc. 91, 299). Por carta de 22 de Julho desse ano, o núncio informava o cardeal da oferta pessoal do cardeal-infante D. Afonso de uma “carta de navigare” (doc. 91, 298-299), ao saber do seu desejo em obter uma. O mapa era de grandes dimensões, pelo que o núncio informava que só seguiria em ulterior correio. O cardeal Farnese havia encarregado o núncio de conseguir, em Portugal, cartas de navegação e mapas, para o que lhe confiara um pormenorizado memorial com as informações cartográficas que desejava obter, como uma “descrittione del mondo” (doc. 90, 296). O núncio refere-se ainda a esse memorial em carta de 18 de Janeiro de 1538 (doc. 66, 226). Também D. Miguel da Silva, depois de ter tentado, junto de Clemente VII (†1534), o seu regresso a Roma (doc. 2, 9-11), cumulava em 1539, nas vésperas da sua fuga, o cardeal Farnese de presentes, como medalhas antigas de ouro

⁵ Foram seis os núncios em Portugal até à extinção da nunciatura pedida e concedida a D. João III, em 1553: Antonio Pucci – 1513-1515 (papado de Leão X [Giovanni di Medici]); Marco Vigerio della Rovere – 1532-1536 (Papado de Clemente VII [Giulio di Medici]); Hieronimo Capodiferro – 1537-39; Luiggi Lippomano – 1542-1545; Giovanni Ricci – 1544-1550; (Papado de Paulo III [Alessandro Farnese]); Pompeo Zambecari – 1550-1553 (Papado de Júlio III [Giovanni Maria del Monte]).

e de prata, enviadas para Roma pelo seu secretário António Ribeiro, ou, ainda, encarregando-se em Portugal da compra de cavalos a pedido do cardeal (doc. 124, 378).

A correspondência dos embaixadores papais no reinado de D. João III permite ainda entrever, para lá das cartas geográficas e dos produtos exóticos como os tecidos da Índia (doc. 164), as pedras preciosas (doc. 247), animais e aves oferecidos pelo núncio Ricci ao cardeal em 1548 (doc. 242), quais os bens e objectos que de Portugal eram mais solicitados em Roma ou que os vários núncios consideravam constituir ofertas apreciadas, pelo que também eles tratavam de os adquirir e enviar. Os cavalos surgem com destaque na correspondência com o cardeal Farnese, o secretário de Paulo III e outros funcionários da Cúria (docs. 90, 246, 247). O cardeal relembra, em carta de 26 de Abril de 1539, a promessa do núncio Capodiferno, que tardava em concretizar-se, de lhe enviar cavalos (doc. 117, 361-364). Outros produtos vão também aparecendo, como as barricas de vinho enviadas em 1537 por Capodiferno ao secretário do papa e a Pierluigi Farnese, duque de Parma e pai do cardeal (doc. 58), doces e marmeladas da ilha da Madeira, a que se refere o núncio Ricci em três das suas missivas a Alessandro Farnese (docs. 195, 200 e 201). Em 1552, o núncio Zambeccari⁶ recebia do cardeal Marcello Cervini (†1555), futuro e efêmero papa durante 22 dias, o original pedido de um desenho de todos os peixes que banhavam o reino de Portugal (doc. 311).

Como procurámos evidenciar, o jogo diplomático é, para além da sua função primeira, um instrumento de afirmação e propaganda do poder, se utilizados com a argúcia de D. Manuel, bem como uma fonte preciosa para o estudo de aspectos da circulação cultural nesta primeira modernidade.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ANTT – *Corpo Cronológico* (CC), P. I, mç. 17, doc. 98; mç. 19, doc. 2; mç. 20, doc. 84; mç. 22, doc. 3; mç. 63, doc. 82; mç. 100, doc. 3. *Chancelaria de D. Manuel* (CDM), liv. 24, fol. 31.

FONTES IMPRESSAS

ANDRADA, FRANCISCO DE (1976) – *Crónica de D. João III*. Introdução e Revisão de ALMEIDA, Manuel Lopes de. Porto: Lello & Irmão.

CARNEIRO, PERO DE ALCÁÇOVA (1937) – *Relações de (...)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORPO DIPLOMÁTICO PORTUGUEZ (= CDP) (1862) – SILVA, Luís Augusto Rebelo da (ed.). vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências.

DE WITTE, CHARLES-MARTIAL (1980 e 1986) – *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, edição crítica e notas por (...), 2 vols.. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

GAVETAS (AS) DA TORRE DO TOMBO (= GTT) (1960, 1962, 1965), vols. I, II, V. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

GÓIS, DAMIÃO DE (1954 e 1955) – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, vols. III e IV. Coimbra: Universidade de Coimbra.

LETTERS OF JOHN III KING OF PORTUGAL 1521-1557 (1931), texto português, com edição e introdução por FORD, J. D. M., Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

MÜNZER, JERÓNIMO (1932) – *'Itinerário' do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*. Introd., ed., trad. e notas de VASCONCELOS, Basílio de. Separata de *O Instituto*, vol. 80, 5.

⁶ Zambeccari foi o último núncio permanente nesta fase em Portugal, já que o monarca português solicitou e obteve a supressão da nunciatura em 1553 (De Witte, 1986: 14).

PAVIOT, JACQUES (ED.) (1995) – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Édition présentée et commentée par (...). Lisboa-Paris: CCCG/CNCDP.

SOUSA, ANTÓNIO CAETANO DE (1948) – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa (= HGCRP)*, vol. V. Coimbra: Atlântida Editora.

SOUSA, ANTÓNIO CAETANO DE (1947 e 1950) – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (= PHGCRP)*, II, P. I, IV, P. I. Coimbra: Atlântida Editora.

VIAUD, AUDE (ED.) (2001) – *La Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530: Lope Hurtado de Mendoza*. Lisboa/Paris: CCCG e CNCDP.

ESTUDOS

BEDINI, SILVIO A. (1997) – *The Pope's Elephant*. Manchester: Carcanet, Fundação Calouste Gulbenkian e CNCDP.

BÉLY, LUCIEN (2008) – *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF.

BRAGA, ISABEL DRUMOND (1990) – O 'deve' e o 'haver' da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557). *Arquivos do Centro Cultural Português*. vol. XXVIII, Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 137-211.

BUESCU, ANA ISABEL (2007) – *Catarina de Áustria (1507-1578) Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

BUESCU, ANA ISABEL (2010) – D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, T. I, 141-168. Versão electrónica: http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10

COSTA, ABEL FONTOURA DA (1937) – *Deambulações da Ganda de Modafar, Rei de Cambaia, de 1514 a 1516*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

COSTA, JOÃO PAULO OLIVEIRA E (2005) – *D. Manuel (1469-1521). Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CRUZ, MARIA AUGUSTA LIMA e LÁZARO, ANTÓNIO MANUEL (2004) – A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado. In CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro de (coord.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, pp. 601-620.

DELUMEAU, JEAN (2013) – *La seconde gloire de Rome XVe-XVIIe siècle*. Paris: Perrin.

DESWARTE, SYLVIE (1989) – *Il 'Perfetto Cortegiano'. D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni.

EXOTICA. THE PORTUGUESE DISCOVERIES AND THE RENAISSANCE KUNSTKAMMER (2001) – Catálogo da Exposição (Museu Calouste Gulbenkian e Kunsthistorisches Museum, 17 Outº 2001- 6 Janeiro 2002). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, RITA COSTA (1995) – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel.

JORDAN-GSCHWEND, ANNEMARIE (1994) – *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen Household: Its Character and Cost*, diss. doutoramento em História de Arte e Arquitectura, polic., Universidade de Brown, P. III.

MOLINIÉ, ANNE-SOPHIE (2010) – Portraits d'ambassadeurs à propos de quelques portraits vénitiens du XVIe siècle. In PEREZ, Béatrice (dir.). *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement à l'époque moderne*. Paris: PUPS, pp. 437-452.

PAIVA, JOSÉ PEDRO (2007) – Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 7, 127-174. Versão electrónica: http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_7

PEREZ, BÉATRICE (DIR.) (2010) – *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement à l'époque moderne*. Paris: PUPS.

SIMÕES, CATARINA ANSELMO SANTANA (2021) – *Imagens de poder: animais exóticos na cultura de corte em Portugal no Renascimento*. Tese de doutoramento em História, espec. História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa: NOVA-FCSH.